

---

**Mulheres camponesas e indígenas do Chile: experiências de lutas, resistências e  
feminismo camponês**

**Peasant and Indigenous Women in Chile: Experiences of Struggle, Resistance, and  
Peasant Feminism**

**Mujeres campesinas e indígenas en Chile: experiencias de lucha, resistencia y  
feminismo campesino**

Ananza Mara Rabello <sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-4089-251X>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará: São Félix do Xingu, Pará, Brasil, [ananzarabello@unifesspa.edu.br](mailto:ananzarabello@unifesspa.edu.br)

Recebido em: 28/08/2025

Aceito para publicação em: 28/09/2025

---

**Resumo**

Este artigo reflete sobre as práticas de lutas e resistências de mulheres camponesas e indígenas chilenas frente à exploração dos Bens da Natureza por megaprojetos do capital. A reflexão parte do relato de experiência da autora na Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas (Anamuri) que representa um território de resistência dessas mulheres contra a expansão dessa exploração e dos impactos das mudanças climáticas. Aqui destaca-se os espaços de debates e resistências construídos pela Anamuri, os quais indicam sua atuação em defesa dos corpos-territórios e dos Bens da Natureza como um contra movimento à exploração destrutiva do neoextrativismo e em favor da soberania alimentar, agroecologia e da vida. Com esse trabalho reafirma-se que a luta pelo direito ao corpo-território é uma luta comum em toda América Latina.

Palavras-chave: Anamuri, corpo-território, agroecologia.

---

**Abstract**

**Geopauta, Vitória da Conquista, V. 9, 2025, e18081**



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

RABELLO , A. M.

This article reflects on the struggles and resistance practices of Chilean peasant and Indigenous women facing the exploitation of Natural Resources by capitalist megaprojects. The reflection is based on the author's experience with the National Association of Rural and Indigenous Women (Anamuri), which represents a territory of resistance for these women against the expansion of this exploitation and the impacts of climate change. The spaces for debate and resistance built by Anamuri are highlighted, demonstrating their work in defense of body-territories and Natural Resources as a countermovement to the destructive exploitation of neo-extractivism and in favor of food sovereignty, agroecology, and life. This work reaffirms that the struggle for the right to body-territory is a common struggle throughout Latin America.

Keywords: Anamuri, body-territory, agroecology.

---

### Resumen

Este artículo reflexiona sobre las luchas y prácticas de resistencia de las mujeres campesinas e indígenas chilenas frente a la explotación de los recursos naturales por parte de los megaproyectos capitalistas. La reflexión se basa en la experiencia de la autora con la Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Anamuri), que representa un territorio de resistencia para estas mujeres frente a la expansión de esta explotación y los impactos del cambio climático. Se destacan los espacios de debate y resistencia construidos por Anamuri, demostrando su trabajo en defensa de los territorios corporales y los recursos naturales como contramovimiento a la explotación destructiva del neoextractivismo y a favor de la soberanía alimentaria, la agroecología y la vida. Este trabajo reafirma que la lucha por el derecho al territorio corporal es una lucha común en toda Latinoamérica.

Palabras clave: Anamuri, territorio corporal, agroecología.

---

### Introdução

Na América Latina, as lutas comunitárias em defesa dos territórios frente ao avanço da acumulação capitalista se apresentam como base material para a organização social das mulheres, garantia de suas identidades e construção de estratégias de transformação social (Federici 2017; Haesbaert 2020). Aqui, também, o território é compreendido como um transbordamento do corpo, o “corpo-território”, mas um corpo que é coletivo e que carrega consigo bagagem cultural a partir de suas trajetórias para enfrentar as pressões e violências dos grandes projetos do capital (Haesbaert 2020; Miranda 2017). Nesta perspectiva, o corpo-

território é uma dimensão política do corpo em luta, fazendo emergir as resistências e a efetivação do direito ao território.

Não surpreende que os/as principais sujeitos/as que historicamente utilizam o corpo-território, dimensões indissociáveis à vida, como uma categoria fundamental de compreensão, análise e de luta em defesa do território são os povos indígenas e as mulheres (incluindo as indígenas) (Haesbaert 2021). Os povos indígenas constantemente nos ensinam reafirmando que o debate sobre território é inseparável do próprio corpo; a luta por território é uma luta pela vida (Chaves 2021). Nesse debate, Tzul 2019 aponta que o protagonismo das mulheres camponesas e indígenas na luta pelo território é essencial já que são elas que, historicamente, trabalham na gestão central da vida cotidiana usando como subsídios elementos como a água, terra e os cultivos de subsistência e, então, a ameaça de perda de território se traduz como uma ameaça direta às suas existências.

O que chamamos de corpo-território também engloba estudar as relações de poder que ameaçam os territórios impondo regras e valores aos corpos subalternizados e explorados pelos grupos hegemônicos (Miranda 2017; Muñoz & Villarreal 2019). Com essa compreensão de corpo-território, as mulheres do campo, das águas e das florestas se organizam e tensionam as relações de poder construindo a contra hegemonia e as resistências. Essa organização é essencial para o enfrentamento das relações de poder que disputam os bens naturais e submetem as diferentes formas de vida, mais especificamente, o corpo-território à desastres socioambientais e ao poder da morte (Penido 2018).

As mesmas relações de poder que são engrenagens para a efetivação do projeto colonizador de corpos-territórios são as que causam a exploração e expropriação da natureza (Limón 2021; Miranda & Barroso 2023). Como resultado dessa exploração, temos cada vez mais vivenciado o peso dos impactos das mudanças climáticas que acentuam as desigualdades sociais e deixam mais

explícitas a indissociabilidade sociedade-natureza e a coevolução entre os dois (Giraldo 2022). As mudanças climáticas são elementos que determinam a relação territorial, e são frutos de uma certa forma de produção e escolhas políticas nas quais nem todos/as estão na mesma condição de causadores desses problemas (Muñoz & Villarreal 2019; Limón 2021). Além disso, os impactos das mudanças climáticas não alcançam os/as sujeitos/as de forma igualitária; nesse desequilíbrio, as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas são as mais cotidianamente afetadas (Miranda & Barroso 2023).

Essas mulheres dependem mais dos bens naturais coletivos e são as que mais estão em situação de vulnerabilidade com trabalho precário; além, da intensificação da sobrecarga de trabalho por cuidarem da vida, da gestão do espaço privado e do trabalho reprodutivo têm que cuidar dos focos de poluição e intoxicação e situações de escassez de recursos produtivos (Antonio et al. 2020; Miranda & Barroso 2023). Mesmo vivenciando os impactos das mudanças climáticas de forma mais intensa e particular, são as mulheres que atualmente representam a principal força de resistência contra às atividades predadoras que atendem aos interesses do agronegócio e à mercantilização da natureza e, também, à colonização dos corpos-territórios (Ulloa 2016; Capitani 2022).

Nesse cenário de desigualdades e consequentes lutas e resistências, as mulheres de toda América Latina apontam caminhos na construção coletiva através da mobilização e organização em coletivos e movimentos sociais de resistência e sobrevivência contra os avanços do neoextrativismo e impactos das mudanças climáticas (Miranda & Barroso 2023; Articulación de Mujeres de La CLOC/LVC 2024). Dentro desses caminhos, a Agroecologia, com sua forte conotação de território vivido como corpo, tem se mostrado como uma ferramenta primordial para a manutenção e fortalecimento dessa resistência e sobrevivência (Eduardo 2016). A Agroecologia tem a potencialidade de abrir espaço para o enfrentamento das desigualdades e opressões que sofrem as mulheres do campo ao reconfigurar as

RABELLO , A. M.

relações de poder na sociedade que definem as relações sociais hegemônicas (Articulación de Mujeres de La CLOC/LVC 2024). Assim, a Agroecologia se torna um elemento chave para a consolidação de um enfoque feminista da luta das mulheres do campo.

Uma perspectiva feminista da Agroecologia tem como foco dar visibilidade, reconhecer e valorizar os saberes e o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres do campo, bem como, suas lutas. É nessa direção que, por exemplo, o coletivo da Anamuri (Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas) no Chile atua na promoção da Agroecologia e na defesa e organização nacional das mulheres camponesas e indígenas chilenas através da aglutinação e fortalecimento dos interesses e demandas dessas mulheres frente à exploração dos bens da Natureza por megaprojetos de mineração e agronegócio que seguem à lógica do capital.

É a partir do relato de experiência da autora na sua inspiradora vivência com a Anamuri que esse texto se baseia. Por isso, o objetivo desse trabalho foi compartilhar vivências, impressões e reflexões que abordam as práticas de organização, mobilização, atuação e resistências da Anamuri frente à expansão da mineração, agronegócio e violência de Estado.

### **Anamuri – feminismo camponês, corpo-território e agroecologia**

Apresenta-se aqui um relato de experiência fruto da Licença Capacitação de Rabello na Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas (Anamuri), no Chile, entre o período de 26 de agosto à 23 de novembro de 2024. Este relato apoia-se em sua vivência, observação, participação e escuta das mulheres nos espaços de formação sociopolítica e de luta construídos pela Anamuri.

A Anamuri é um movimento auto-organizado somente e exclusivamente por e para mulheres que atua em todo território chileno, com a sede da direção na cidade de Santiago, e compõe a CLOC-Via Campesina que é um movimento internacional que articula povos e organizações sociais do campo. A maioria das



atividades vivenciadas com a Anamuri foi realizada no Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Sembradoras de Esperanzas. O IALA Sembradoras de Esperanzas é uma iniciativa da Anamuri, inaugurado em 2014, e fica localizado em Ourilla de Auquenco, comuna de Chépica ao sul de Santiago, uma comunidade rural que foi berço da reforma agrária no Chile.

Na Anamuri o Feminismo Camponês Popular é construído através da vivência diária das práticas das mulheres campesinas e indígenas, como a prática agroecológica, e de resistências com a realização e participação em atividades político culturais, jornadas, oficinas de formação agroecológica e sociopolítica e incentivo à candidatura de mulheres vinculadas à Anamuri. A Anamuri desenvolve atividades com mulheres que provém de distintos contextos agroecológicos (desde o deserto do Atacama até a Patagonia; do mar à Cordilheira dos Andes – e por isso Tierra de los Cuatro Cantos) enriquecendo a diversidade dos debates e ações a partir das diferentes realidades, mas, também, das realidades comuns.

### **Mulheres indígenas chilenas e a perspectiva corpo-território**

Na Anamuri, a união, de forma fluida, do movimento das mulheres camponesas ao das mulheres indígenas aprofunda a camada de politização na relação e na defesa de seus corpos-territórios. Foi perceptível que as históricas lutas anticoloniais das mulheres indígenas chilenas, frente aos conflitos territoriais, têm o poder de iluminar outros caminhos possíveis de enfrentamento e resistência.

No caso da Anamuri, a diretoria e as atividades em geral são marcadas pelo papel central das mulheres mais velhas, o que pareceu ser um reflexo da constante e forte presença de mulheres indígenas na associação desde sua concepção e fundação. Acredito que as mulheres indígenas trazem uma dinâmica para dentro da associação de valorização da experiência das anciãs (sejam elas indígenas ou não), seus processos criativos de produção alimentar, e suas lutas coletivas por seus

RABELLO , A. M.

territórios, corpos e modos de vida. Isso parecia reforçado quando as mulheres camponesas e indígenas mais velhas contavam, no início das atividades, como e por que enfrentaram os problemas que as alcançaram; foi a partir das lutas no campo e nas ruas frente às repressões e violências impostas pela ditadura de Pinochet, do neoextrativismo e do neoliberalismo (mesmo no processo de redemocratização), ou seja, esclareciam um feminismo camponês partindo desse lugar das experiências, das vivências diárias. Em um país como o Chile com uma longa e forte experiência neoliberal - um sistema que prioriza corpos produtivos e jovens e a individualidade - resgatar, valorizar e dar protagonismo às anciãs e à experiência sempre coletiva é um ato poderoso de resistência.

Para as mulheres indígenas chilenas ligadas à Anamuri os pilares do corpo-território, biodiversidade e autonomia são as forças base para as lutas contra o avanço da mineração, do agronegócio e da violência de Estado. E para organizar e reforçar essas lutas, em setembro de 2024, a Anamuri organizou a Asamblea Nacional Frente de Mujeres Indígenas com a presença de mulheres indígenas dos povos Licanantay, Aymara, Coya, Mapuche e Mapuche-Huilliche (painel 1).

Painel 1- Asamblea Nacional Frente Mujeres Indígenas en Chile, 2024.



Fonte: Trabalho de campo foto Ananza Rabello set. 2024.

Como pontos principais, as mulheres indígenas apontaram sofrerem racismo no sistema de saúde que não respeita seus saberes e costumes, não oferece um bom tratamento e não contrata profissionais que representem os povos originários. Seus relatos e reivindicações são reflexos de um sistema de saúde que não pensa de

RABELLO, A. M.

forma articulada em suas políticas e práticas a partir dos territórios vulnerabilizados das mulheres indígenas. As mesmas também enfrentam problemas com o Ministério da Agricultura que as consideram como mulheres rurais e não como indígenas, negando a diversidade étnica e sociocultural chilena. Outro problema enfrentado por elas é que o mesmo Ministério tenta se apropriar dos seus territórios através de fiscalização das mudas que entregam; os técnicos florestais fazem visitas periódicas para verificar se as mudas foram mesmo plantadas e como tem sido a colheita.

### **Mulheres camponesas e indígenas chilenas denunciam escassez de água e impactos das mudanças climáticas**

Uma preocupação em comum apontada pelas mulheres camponesas e indígenas da Anamuri nas atividades da Asamblea Nacional Frente de Mujeres Indígenas (set/24), no Dia Internacional de las Mujeres Rurales (out/24), Jornada IALA Centro (out/24), Encuentro Radicalizar la Democracia (nov/24) e na Asamblea de Productoras (nov/24) foi com os impactos das mudanças climáticas e com o futuro das sementes campesinas nesse cenário. Alguns impactos das mudanças climáticas já sentidos diretamente por elas referem-se ao desafio de plantar em terras mais arenosas, aparecimento de animais que antes não existiam em suas propriedades (ex. rato, aranha), mudanças no clima das estações com perda das temperaturas médias, e redução de oferta de água nos reservatórios próximos, obrigando-as a caminhar longas distâncias.

A escassez de água vivenciada pelas mulheres camponesas e indígenas da região norte do Chile tem se tornado uma situação muito dolorosa. Essa escassez e a mega seca não refletem apenas impactos das mudanças climáticas, mas também as consequências da privatização da água, acumulação, especulação e roubo por parte dos megaprojetos mostrando o agravamento de problemas, a profundidade e complexidade resultante da política neoliberal adotada no país. O Chile é o único país do mundo que tem 100% da água privatizada e os/as pequenos/as produtores

RABELLO , A. M.

são diretamente muito impactados/as porque precisam “comprar” cotas de água, e para ter poço também precisam pagar pela quantidade de água utilizada. A escassez continua se agravando porque a agricultura campesina e indígena não tem acesso real aos direitos da água, bem comum que agora torna-se um produto de mercado. Na região norte do Chile, por exemplo, as mineradoras compram muitas cotas e centralizam o uso da água que acaba faltando para a população em muitos lugares e não permite que tenham acesso regular à água e acabam dependendo de caminhão cisterna. A disputa pela água tem gerado uma situação extrema para a agricultura campesina e indígena chilena.

### **Feminismo Camponês Popular e estratégias de resistência à desigualdade de gênero no campo**

Além dos impactos das mudanças climáticas e a escassez de bens naturais por consequência no neoliberalismo chileno, as mulheres da Anamuri também sofrem com as desigualdades de gênero no que se refere à distribuição e acesso à terra e nas tomadas de decisões sobre a terra, os territórios e seus bens. No Dia Internacional de las Mujeres Rurales (out/24) as mulheres dos campos, das águas e das florestas apontaram a urgência em discutir políticas públicas que favoreçam a posse de terras e subsídios governamentais em nome das mulheres. Essas mulheres defendem que a luta por igualdade de condições e direitos entre homens e mulheres precisa fazer parte do debate da soberania alimentar e reforma agrária integral e popular.

Por compreender que as mulheres camponesas e indígenas devem estar representadas nos espaços políticos e que a atuação institucional é estrategicamente importante para as lutas das mulheres, a Anamuri organiza periodicamente, de forma itinerante, uma escola de formação política de empoderamento e lideranças femininas para ações de políticas públicas e coletivas, chamadas de Escuelas Ciudadana Itinerante. As atividades de formação na Escuela Ciudadana Itinerante ocorridas em setembro de 2024 versaram sobre o histórico de luta das mulheres



RABELLO , A. M.

campesinas chilenas, sistemas de opressão (capitalismo e patriarcado), feminismo campesino e popular, resistências e declaração de direitos de campesinas/os (foto 1). Como essa atividade ocorreu em um momento de início de campanha para eleições municipais, a escola também teve como pauta discutir estratégias de comunicação e incidência política já que algumas integrantes estavam como candidatas. Essa atividade reforçou o reconhecimento do feminismo campesino popular como um elemento transformador das organizações campesinas que compõem ou não a Anamuri. Também, colocou em debate uma melhor compreensão de como está estruturada a sociedade e quais as origens das lutas que as mulheres camponesas, indígenas enfrentam atualmente.

Foto 1- Atividade de Formação, Escuela Ciudadana Itinerante, Chile Setembro de 2024



Fonte: Atividade de Formação, foto; Ananza Rabelo Set. 2024.

Em geral, pude experienciar que a Anamuri debate muito profundamente o quanto o agronegócio e as outras atividades extrativistas tem criado economias masculinizadas gerando mais violência e precariedade na vida das mulheres camponesas e indígenas. Nesse sentido, os debates proporcionados pela Anamuri não se reduzem apenas a questionar a injustiça, desigualdade e subordinação a qual sofrem as mulheres campesinas e indígenas, mas, sim, visitar e discutir

RABELLO, A. M.

também sobre os eixos estruturais que geram e alimentam essas condições de violências e justificam as lutas atuais por um feminismo campesino popular, soberania alimentar com agroecologia, defesa e proteção de sementes campesinas e reforma agrária integral e popular.

### **Considerações Finais**

A vivência e experiência com as práticas diárias de lutas e resistências das mulheres da Anamuri no Chile proporcionou caminhos reflexivos sobre o avanço violento da exploração da mineração e do agronegócio sobre os territórios camponeses e indígenas no Chile que impactam particularmente a vida das mulheres. Também levou a compreensão da dimensão sociopolítica das mudanças climáticas, estas longes de serem naturais, restringido a vida das mulheres nesses territórios, por outro lado, elas têm sido combativas e um elemento fundamental nas resistências e mobilizações da classe camponesa.

Diante da complexidade das lutas das mulheres camponesas e indígenas chilenas, a luta pelo direito ao corpo-território é uma luta comum em toda América Latina e que denuncia a expansão do neoliberalismo e da frente extrativa sobre os diferentes territórios e a violação de direitos à vida. A luta pelo território é um eixo aglutinador das lutas dentro da Anamuri, com o corpo-território como ferramenta fundamental nas resistências e mobilizações das mulheres chilenas indígenas e camponesas. Assim, a luta pela terra, pelas águas e pela natureza em geral é parte do cuidado com o corpo e com o povo apontando os riscos que a perda dos direitos ao e no território têm à biodiversidade e à existência dessas mulheres.

### **Referências**

ANTONIO, G.J.Y.; de Goes Araujo, C.M.H.; Braga, F.; de Assis, R.L.; de Aquino, A.M. O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: O caso de Nova Friburgo. **Boletín de Estudios Geográficos**, Rio de Janeiro, n. 113, p. 69-89, 2020.

RABELLO , A. M.

ARTICULACIÓN de Mujeres de La CLOC/LVC. **Feminismo campesino popular: acción y pensamiento de lucha de las mujeres del campo, indígenas y afrodescendientes de la CLOC/LVC**, 186p., 2024.

CAPITANI, R. **Mudanças climáticas e produção de alimentos: o que as mulheres tem a ver com isso**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022.

CHAVES, K.A. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 25, n. 4, 2021. Barcelona.

EDUARDO, M.F. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 31, p. 143-165, 2016.

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, São Paulo, 2017.

GIRALDO, O.F. **Multitudes agroecológicas**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, vol: 22, n. 48, 2020.

HAESBAERT, R. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEOgraphia**, Niterói, vol. 23, n. 50, 2021.

LIMÓN, T. **Chile em Chamas: A Revolta Antineoliberal**. Editora Elefante, 391p., 2021.

MIRANDA, E.O. Experiências do corpo-território: possibilidades afro-brasileiras para a Geografia Cultural. **Éliseé-Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v.6, n.2, p. 116-128, 2017.

MIRANDA, C.M.; Barroso, M.F. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. e92873, 2023.

MUÑOZ, E.E.; Villarreal, M.C. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 303-325, 2019.

PENIDO, M.O. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, n.2, p. 38-51, 2018.

TZUL, G. Mujeres indígenas: historia de reproducción de la vida em Guatemala. Una reflexión a partir de la visita de Silvia Federeci. “Bajo el Volcán”. **Revista del posgrado de sociologia**. BUAP, v.1, n. 22, 2019.

ULLOA, A. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nómadas**, Colombia, Universidad Central, v. 45, p. 123-139, 2016.

Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo

---

